

**A GUERRA NA UCRÂNIA: A OTAN,
O EUROMAIDAN¹ UCRANIANO E A
POLÍTICA EXTERNA RUSSA²**
*LA GUERRA EN UCRANIA: LA
OTAN, EL EUROMAIDÁN UCRANIANO
Y LA POLÍTICA EXTERNA RUSA*

Caio BUGIATO³

Geremias CARVALHO⁴

Vandriele ARAÚJO⁵

Fecha de recepción: 29/05/2025

Fecha de aceptación: 01/10/2025

1 O termo *Euromaidan* refere-se a uma série de protestos iniciados em 2013 na Praça da Independência (Maidan Nezalezhnosti), em Kiev, Ucrânia. O movimento surgiu em reação à decisão do governo ucraniano de suspender a assinatura de um acordo de associação com a União Europeia, optando por uma maior aproximação com a Rússia. Esses acontecimentos culminaram na queda do presidente Viktor Yanukovich, em fevereiro de 2014, episódio que ficou conhecido como Revolução Euromaidan.

2 Este artigo é resultado de uma pesquisa ainda em curso e financiada pela Fundação “Carlos Chagas” de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

3 Doutor em Ciência Política pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e na Universidade Federal do ABC (UFABC).

4 Graduado em Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestrando em Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC).

5 Graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

RESUMO

A guerra na Ucrânia iniciada em 2022 é o objeto de análise deste artigo. Nossas pesquisas têm indicado três fenômenos que envolvem o confronto. Primeiro, o principal motivo da guerra é a expansão da OTAN em direção às fronteiras da Rússia e sua política de intolerância a projetos de Estados e governos não alinhados ao Ocidente. Segundo, a diplomacia dos Estados Unidos e a OTAN intervieram direta e indiretamente na Ucrânia para que este país tivesse uma posição pró-Ocidente e anti-Rússia, de modo que as frações da burguesia ucraniana representaram o conflito entre esses dois polos. Terceiro, a política externa russa tem um caráter altivo e assertivo no entorno geográfico do país e procurou firmar uma posição de defesa contra o Ocidente, a OTAN e as posições ucranianas, dessa forma utilizou o recurso da guerra para tal. Assim, diferentemente das análises da imprensa ocidental e do mainstream acadêmico, buscamos explicar essa guerra, que é sintoma do fim da atual ordem mundial.

Palavras-chave: Rússia; Ucrânia; OTAN; Imperialismo.

RESUMEN

La guerra en Ucrania que comenzó en 2022 es el tema de este artículo. Nuestra investigación ha señalado tres fenómenos en torno al enfrentamiento. En primer lugar, la razón principal de la guerra es la expansión de la OTAN hacia las fronteras de Rusia y su política de intolerancia hacia los proyectos de Estados y gobiernos no alineados con Occidente. En segundo lugar, la diplomacia estadounidense y la OTAN han intervenido directa e indirectamente en Ucrania para hacerla prooccidental y antirrusa, de modo que fracciones de la burguesía ucraniana han representado el conflicto entre estos dos polos. En tercer lugar, la política exterior rusa tiene un carácter altivo y assertivo en el entorno geográfico del país y ha tratado de establecer una posición de defensa frente a Occidente, la OTAN y las posiciones ucranianas. Así, a diferencia de los análisis de la prensa

occidental y de la corriente académica dominante, nosotros tratamos de explicar esta guerra, que es un síntoma del fin del actual orden mundial.

Palabras clave: Rusia; Ucrania; OTAN; Imperialismo.

Introdução

A guerra na Ucrânia iniciada em 2022 é o objeto de análise deste artigo. Em 24 de fevereiro de 2022 o governo de Vladimir Putin na Rússia lançou uma operação militar que cruzou as fronteiras do Estado ucraniano e tomou parte do seu território. A operação foi uma dupla contraofensiva: ao expansionismo histórico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em direção a Rússia e ao processo político na Ucrânia que ensejava a incorporação deste país àquela organização e que fustigava a população de origem russa na Ucrânia. São quase 4 anos de guerra sem a perspectiva de um acordo de paz. Porém as vitórias e as conquistas territoriais russas apontam para um desfecho favorável ao governo Putin.

Neste artigo procuramos responder às seguintes perguntas sobre a guerra. Qual é o principal motivo da guerra? Qual o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no confronto? O que aconteceu na Ucrânia nas últimas décadas para que este país se tornasse palco da guerra? Qual o caráter da política externa russa no governo Putin e o que o fez lançar uma operação militar contra o país vizinho?

Nossas pesquisas, que se referenciam na teoria marxista das classes sociais, do Estado e do imperialismo, têm nos dado as seguintes respostas. O principal motivo da guerra é a expansão da OTAN em direção às fronteiras da Rússia e sua política de intolerância a projetos de Estados e de governos não alinhados ao Ocidente. A diplomacia dos Estados Unidos e a OTAN intervieram direta e indiretamente na Ucrânia para que este país tivesse uma posição pró-Ocidente e anti-Rússia, de modo que as frações da burguesia ucraniana representaram o conflito entre esses dois polos. A política externa russa tem um caráter altivo e assertivo no entorno geográfico do país e procurou firmar uma posição de defesa con-

tra o Ocidente, a OTAN e as posições ucranianas, dessa forma utilizou o recurso da guerra para tal.

O texto a seguir busca demonstrar aspectos importantes desse processo que envolve o Ocidente, a Ucrânia e a Rússia. Assim, está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentamos o referencial teórico e realizamos uma breve análise do expansionismo da OTAN. Na segunda, tratamos das lutas de classes, particularmente das frações de classe da burguesia na Ucrânia, que tiveram como resultado a deposição de um governo pró-Rússia e a ascensão do atual governo de Volodymyr Zelensky, alinhado ao Ocidente, processo conhecido como Euromaidan. Na terceira, abordamos o governo de Vladimir Putin, principalmente sua política externa, que entre outros elementos não admite o expansionismo do Ocidente e da OTAN para as fronteiras da Rússia.

A Cadeia Imperialista e a OTAN

Nesta seção lançamos mão da teoria política marxista de Nicos Poulantzas, sua teoria do imperialismo e do Estado capitalista, e seus desdobramentos teóricos, para tratar brevemente a expansão da OTAN⁶.

Para Poulantzas (1978), o alastramento global do capitalismo constituiu um desenvolvimento desigual e combinado entre os Estados e suas economias: desigual, porque criou um centro rico e poderoso e uma periferia pobre e dominada; combinado, porque existem articulações econômicas, políticas e ideológicas entre estas unidades estatais, uma rede de relações assimétricas no capitalismo global. Todos os Estados dessa rede são capitalistas: o Estado é a autoridade social máxima, a instituição que organiza a dominação de classe e corresponde às relações de produção capitalistas, isto é, garante a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria. Seguindo a tradição marxista, Poulantzas (1977 e 1978) considera que o Estado e a economia estão inseridos nas lutas de classes e busca criar

6 A OTAN foi objeto de análise nosso em outra oportunidade (Bugiato e Almeida, 2024).

um conceito para examinar as complexas relações entre a classe dominante no capitalismo, a burguesia, e o Estado: o bloco no poder. O bloco no poder é a unidade conflituosa das frações da classe burguesa (a burguesia não é uma classe homogênea; divide-se em setores, funções, escala, entre outros) em torno de objetivos gerais – referentes à manutenção das relações de produção capitalistas –, unidade essa que não elimina os objetivos particulares de cada fração. O bloco no poder não é um acordo político explícito, mas uma comunidade de interesses dos proprietários dos meios de produção. Sua unidade é garantida pelo interesse comum às frações de governar o Estado, mobilizando-se para que este atenda seus interesses gerais (a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria) e específicos de cada fração. O Estado é, portanto, fator de unidade política do bloco no poder (Poulantzas, 1977).

Sua teoria do imperialismo tem como centro conceitual o bloco no poder. Poulantzas (1978) ressalta que o bloco no poder não pode ser apreendido num plano puramente nacional. Mas sim em um sistema internacional complexo de Estados capitalistas em que cada Estado se encarrega dos interesses dos capitais autóctones e estrangeiros e seus projetos político-ideológicos. As relações entre os Estados de exploração, dominação e subordinação, força e fraqueza, e conflito ou cooperação dependem de seus blocos no poder, sua configuração interna e suas articulações exteriores. O Estado é concomitantemente arena e ator, e não um instrumento manipulável à vontade da classe dominante: é uma arena de luta entre as frações da burguesia, dentre as quais uma (ou um conjunto) de las assume a direção (hegemonia); em suas relações exteriores, o Estado é um ator na política internacional e na reprodução universal do capital e dos projetos político-ideológicos que representa a direção do seu bloco no poder.

Essa teoria é particularmente pertinente para analisar as relações entre as potências capitalistas – que são distintas das relações centro-periferia – e empiricamente a própria OTAN. Poulantzas (1977) chama atenção para a cadeia imperialista, conceito que procuramos retificar e desenvolver: o conjunto dos blocos no poder das potências capitalistas ocidentais e seus aliados, sob liderança do Estado dos EUA, formado após o fim da Segunda

Guerra Mundial com o objetivo de preservar e defender o capitalismo global e sua condução pelas lideranças transatlânticas. Duas observações sobre a cadeia imperialista precisam ser feitas. Primeiro, uma aliança de décadas das potências capitalistas ocidentais derrotou a URSS e conduz o capitalismo em seus moldes neoliberais até os dias de hoje. Segundo, a cadeia imperialista se opõe e procura destruir qualquer projeto que não esteja sob sua tutela, sejam projetos de capitalismo autônomo, sejam projetos anticapitalistas.

Uma análise da guerra que se pretenda ser mais ampla e complexa precisa abordar a dimensão das relações internacionais, como anteriormente explicitado, e a dimensão nacional, bem como a articulação entre elas. Ainda com o referencial teórico de Poulantzas, mobilizamos sua teoria sobre o Estado capitalista e as formas que este assume.

Para os fins deste artigo, dois traços característicos e vinculados são importantes na sua definição (Poulantzas, 1977) de Estado capitalista: a unidade própria e a autonomia relativa. A unidade própria significa que as instituições do Estado apresentam uma coesão interna, sem fragmentação do poder político e sem partilhas do poder institucionalizado pelas frações de classe do bloco no poder. A autonomia relativa é o funcionamento do Estado quando não atende os interesses específicos das frações do bloco no poder, mas continua atendendo seu interesse político geral de manutenção do modo de produção capitalista. A autonomia relativa permite ao Estado intervir contra os interesses específicos de uma, de outra, ou de todas as frações da classe dominante, pois por vezes sacrifícios são necessários para realização de projetos distintos e do interesse político geral de classe. Essa autonomia relativa do Estado, como traço característico no Estado capitalista, Saes (1998) denomina *bonapartismo lato sensu*.

Poulantzas (1970) indica que o Estado capitalista assume historicamente formas, que em geral são duas: a forma democrática e a forma ditatorial. Boito Jr. (2022) avança nesta definição e especifica ambas as formas. A forma democrática é a democracia burguesa, em que existe “processo institucionalizado de consulta aos membros da classe dominante, extensão dos direitos políticos à classe dominada e o parlamento pode assumir o domínio no conjunto do Estado” (Boito Jr., 2022, p. 106). Os regimes

políticos da forma democrática podem ser variados, desde monarquia constitucional até república democrática, assim como as relações entre executivo e legislativo e os sistemas partidários. Já na forma ditatorial, ou Estado capitalista de exceção, tem-se “maior autonomia relativa da burocracia frente à classe dominante e domínio de um ramo da burocracia no conjunto do Estado” (Boito Jr., 2022, p. 106). No interior da forma ditatorial, Poulantzas (1970) e Boito Jr. (2022) indicam a possibilidade de três regimes ditatoriais, o fascista, o militar e o bonapartista. Interessamos aqui a definição de regime bonapartista ou ditadura bonapartista: “simulação da representação do povo-nação pela burocracia e por via plebiscitária, e domínio da burocracia civil no Estado” (Boito Jr., 2022, p. 106). Importante notar que nessas formas ditatoriais ocorre uma ampliação da autonomia relativa da burocracia do Estado em relação à classe dominante (Boito Jr., 2022, p. 104).

Uma vez entendidos o que são o bonapartismo *lato sensu* (autonomia relativa do Estado capitalista) e a ditadura bonapartista (forma do Estado capitalista de exceção), temos condições de abordar o que podemos chamar de bonapartismo *stricto sensu*. De acordo com Boito Jr. (2020), o bonapartismo é o fetiche do Estado, concebido como promotor da ordem. Os trabalhadores, “que são a base de uma relação bonapartista, esperam que o Estado – que também consideram universalista, livre e soberano – tome a iniciativa de impor a ordem social, mesmo quando esta é ameaçada por forças perturbadoras e subversivas” (Boito Jr., 2020, p. 137). Referindo-se à *O 18 de Brumário* de Marx, o autor argumenta que a expectativa sobre as medidas do Estado “era alimentada pelos camponeses franceses que esperavam de Bonaparte a eliminação do movimento operário emergente em Paris, que eles viam como uma ameaça à ordem e à propriedade privada” (Boito, Jr., 2020, p. 137).

Agora vejamos a OTAN e adiantamos que essa organização internacional é a faceta militar da cadeia imperialista explicada anteriormente. A OTAN foi fundada em abril de 1949 em Washington, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Criada no contexto da guerra fria, seu objetivo era conter o avanço do socialismo soviético no mundo e defender a liberdade, a democracia e civilização do Ocidente. Nesse sentido, a peça

mais importante do tabuleiro da política internacional era a Europa, que precisava estar do lado capitalista contra o perigo vermelho e contra uma “iminente” terceira guerra mundial.

David Harvey (2022) procura analisar a OTAN além da sua formalidade institucional e argumenta que apesar de concebida em termos de defesa e colaboração interestatal, a OTAN se tornou uma organização que reivindicava para si o monopólio da guerra, com o intuito de impedir a competição entre os Estados da Europa Ocidental. Ela surge para conter os impulsos bélicos entre os Estados capitalistas que historicamente competiram entre si. Junto com outras instituições europeias, como o processo de formação da UE, a OTAN foi o aparato militar de fundo que garantiu a construção da hegemonia estadunidense, na qual empresas dos EUA se tornaram transnacionais e exploraram o continente a seu favor. Para Harvey (2022), o cultivo do medo dos soviéticos foi um elemento-chave desta política.

A OTAN teve como membros iniciais 12 Estados, todos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Ao decorrer do tempo, o bloco se expandiu em direção ao Leste Europeu e, após a deflagração da Guerra na Ucrânia em 2022, países historicamente neutros, como Finlândia e Suécia, aderiram à aliança, que passou a contar com 32 Estados-membros: Inglaterra, Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo, França, Islândia, Noruega, Dinamarca, Itália, Portugal, Estados Unidos, Canadá, Grécia, Turquia, Espanha, Alemanha, República Checa, Hungria, Polônia, Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Albânia, Croácia, Montenegro, Macedônia e Finlândia (Hemerly e Zanlorenssi, 2024). Apesar da derrota dos soviéticos e o consequente desmantelamento da União Soviética, a política da Organização manteve suas atenções a Estados que se opusessem à hegemonia dos EUA, ou seja, governos que têm caráter anticapitalistas, antineoliberais, nacionalistas ou autônomos.

Como dissemos alhures:

Mais do que uma aliança militar, que teria um caráter menos coeso e mais momentâneo, a OTAN foi criada e é atualmente uma organização internacional político-militar, com uma institucionalidade robusta, com objetivos definidos e vinculada ao capitalismo ocidental, o que lhe confere longevidade. Dessa

forma, demonstramos o caráter expansionista da Organização: seu tratado fundador prevê a expansão de valores liberais; seus conceitos estratégicos e suas reuniões de cúpula reiteram em seus documentos resolutivos a necessidade de expansão, o que é transformada em medida concreta com a expansão geopolítica para o Leste Europeu; suas parcerias se estendem para dezenas de países, muitos não situados na região do Atlântico Norte; e a intervenção militar na Iugoslávia derrotou o país, de modo que sua dissolução gerou novos Estados incorporados pela OTAN. Portanto, Putin não fez a OTAN renascer; ela tem em sua natureza (path dependence) o caráter expansionista, em seus vários aspectos apontados nas seções anteriores, que chegou às fronteiras da Rússia. A OTAN não tolera não alinhamentos. Não tolerou o socialismo iugoslavo, não tolerou a autonomia e/ou nacionalismo afegão e líbio e não tolera a inserção internacional russa desvinculada do Ocidente, muito menos a projeção de poder chinesa. A guerra na Ucrânia é mais um capítulo dessa expansão, mas agora a OTAN encontrou um adversário capaz de medir forças e até catalisar a destruição dessa ordem mundial hegemônica pelos EUA (Bugiato e Almeida, 2024, p. 114-115).

Concordamos com Roseira (2023) quando sugere que os protestos na Ucrânia em 2014 que derrubaram o presidente eleito e a eleição de Volodymyr Zelensky, no rastro de violentos levantes, são parte do avanço da OTAN e sua política pós-soviética. A ascensão da extrema-direita no país e seu chefe de governo tensionaram as relações regionais com Moscou em prol de um alinhamento à Washington.

No lugar da solução diplomática para a controversa possibilidade de adesão ucraniana à OTAN, os Estados Unidos e seus aliados utilizam Zelensky como meio de testar os limites das ambições internacionais de Moscou, ainda que isso reduza o país a ruínas (Roseira, 2023, p. 13).

O Processo Político Ucrainiano (1990-2022)

As ex-repúblicas soviéticas passaram por um conturbado período de reestruturação após a derrota e a desintegração da União Soviética. A emergência de novos Estados independentes veio acompanhada de diversas crises em todo o espaço pós-soviético, resultado da transição de um modelo socialista soviético para o capitalismo neoliberal ocidental. As contradições no processo de neoliberalização são, em geral, fruto da luta de classes entre as frações burguesas, a classe média ocidentalizada e as massas populares (Ishchenko, 2024). Igualmente, parte das contradições que conduziram esse processo de transição nas novas repúblicas está nas relações desenvolvidas tanto com o Ocidente – especialmente Europa e Estados Unidos – como com a Federação Russa, ora de aproximação com um dos polos, ora de distanciamento. Isto porque enquanto o Estado russo buscava manter sua influência nas ex-repúblicas soviéticas – propondo, por exemplo, a Comunidade de Estados Independentes (CEI) –, o Ocidente expandia sua influência e modelo político-econômico para o espaço pós-soviético (via reformas neoliberais), confrontando os interesses russos.

O caso que nos importa aqui é a Ucrânia. As contradições na implementação da democracia burguesa e suas consequentes crises levaram a Ucrânia a três (chamadas) revoluções⁷, Granito (1990), Laranja (2004) e *Euromaidan* (2014), em um curto espaço de tempo, além de um desenvolvimento conflituoso das relações entre o Estado ucraniano, o Ocidente e a Federação Russa. Como veremos a seguir, o Estado ucraniano gradati-

7 O termo “revolução” para designar os três períodos de conflitos políticos na Ucrânia é amplamente utilizado pela literatura especializada. No entanto, as três revoluções não resultam em mudanças estruturais no Estado ucraniano. Na verdade, observa-se que nos três períodos se desenrola um acirramento da luta das frações de classe, ou seja, conflitos políticos abertos entre a fração Donetsk e a fração Dnipropetrovsk e suas respectivas bases sociais. Grosso modo, as “revoluções” resultaram numa mudança na balança de poder entre os ‘clãs oligarcas’ rivais, mas nunca representaram uma ameaça real à classe dominante em geral, e nunca conseguiram emplacar mudanças estruturais em benefício das massas populares como era prometido (ver Ishchenko, 2024). Pelo contrário, os protestos fortaleceram organizações (ne)liberais e nacionalistas que alegavam falar em nome da “sociedade civil ucraniana” como um todo. Assim sendo, o termo “revolução” será utilizado no artigo apenas para facilitar a leitura, sendo necessário considerar essa problematização.

vamente se afasta do Estado russo e da sua influência e se direciona para a órbita de poder da União Europeia (UE) e dos EUA.

Logo, a fim de compreender a complexidade das relações de classe na Ucrânia devemos antes considerar o seguinte. O processo de neoliberalização que inseriu a Ucrânia no sistema capitalista global a transformou em um Estado hegemônico por uma cleptocracia neoliberal⁸. Assim, a integração da Ucrânia na economia capitalista global significou o abandono de uma economia planejada e de bem-estar do Estado soviético para uma de planejamento para o mercado, uma transição para a lógica neoliberal de mercado baseada no Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, entre outras organizações. Um ponto fundamental na transformação institucional ucraniana foi o enraizamento da rede cleptocrática nos aparatos do Estado, de segurança e do judiciário. “Desde os anos 1990, o nascente bloco governante da Ucrânia utilizou a multiplicidade de mecanismos de acumulação no sistema capitalista global, legais e ilegais, para produzir um regime de cleptocracia neoliberal” (Ishchenko e Yurchenko, 2019, p. 3. tradução nossa). Esse sistema criou espaços virtuais de acumulação de lucros *offshore* e uma expropriação institucionalizada no Estado.

Essa fração da classe dominante que conforma a cleptocracia neoliberal, em geral, utilizou-se de quatro formas de apropriação dos ativos estatais: 1) a privatização de empresas estatais que passaram para as mãos de Grupos Financeiros Industriais (*Financial Industrial Groups*, ou FIGs, no original), geralmente controlados pelos oligarcas⁹; 2) regulamentações dos IED (Investimento Externo Direto) com reformas e desigualdade na acumulação de capital nacional e estrangeiro; 3) criação e manutenção de zonas econômicas especiais (ZEEs) e áreas prioritárias de desenvolvimento (APDs); e 4) a reforma legislativa em licitações, compras estatais e abuso de procedimento (Ishchenko e Yurchenko, 2019). Através da privatização

8 Segundo Ishchenko e Yurchenko (2019), “cleptocracia neoliberal” é um termo utilizado para caracterizar a política ucraniana pós-soviética, isto é, quais classes dominantes surgem no processo político ucraniano.

9 Yurchenko (2012) lista alguns dos nomes: Rinat Akhmetov (System Capital Management) e Sergey Taruta e Oleg Mkrtychan (Industrial Soyuz Donbass, ou ISD) que fazem parte da fração Donetsk; e Victor Pinchuk (Interpipe Group) e Ihor Kolomoysky e Henadiy Boholyubov (Privat Group) que fazem parte da fração Dnipropetrovsk.

das empresas estatais, a burguesia ucraniana se apoderava dessas empresas, concentrando e centralizando essas entidades recém-privatizadas nas mãos dos FIGs. Esses grupos financeiros eram considerados grupos externos pois seu capital advinha do exterior. No entanto, o capital desses grupos era o dinheiro dos próprios burgueses ucranianos reciclado no exterior (*offshoring zones*). Isso abria oportunidade para uma dupla exploração dos ativos estatais privatizados, pois os grupos financeiros dos oligarcas – que já evitavam a taxaçoão dos seus lucros enviando-os para o exterior – podiam entrar na Ucrânia e se apoderar das empresas recém-privatizadas com privilégios nas ZEEs e APDs (Yurchenko, 2012).

Todos esses mecanismos foram essenciais para garantir a base de acumulação financeira dessa rede cleptocrática nascente. Inicialmente, a fração burguesa localizada principalmente na província de Dnipropetrovsk, doravante fração Dnipropetrovsk, associada ao capital internacional e pró-Occidente, foi a fração que hegemonizou o controle do Estado. Na democracia semi-presidencialista da Ucrânia, essa fração emplacou os presidentes Leonid Kravchuk (1991-1994), Leonid Kuchma (1994-2005), Viktor Yushchenko (2005-2010), Petro Poroshenko (2014-2019) e Volodymyr Zelensky (2019-atual), além de vários primeiros-ministros nesses mandatos presidenciais. Por outro lado, na província de Donetsk se formou uma fração burguesa que tem base de acumulação industrial, mas dependente do exterior e tem posições pró-Rússia, com características de burguesia interna. A doravante fração Donetsk emplacou o presidente Viktor Yanukovich (2010-2014), junto com seu primeiro-ministro Mykola Azarov (2010-2014).

A Revolução do Granito foi organizada por dissidentes da União Soviética e protagonizada por estudantes que demandavam mudanças sociais, reformas, soberania ucraniana e apoio às exigências estudantis. A Ucrânia Ocidental foi uma força central nessa mobilização, além de abrigar grupos nacionalistas que exigiam a independência da Ucrânia. Os jovens aderiram à greve de fome da Revolução do Granito, em 1990, e em julho deste mesmo ano, o parlamento ucraniano adotou a Declaração de Soberania sob pressão da greve de fome e da oposição. Além disso, cinco dias após a tentativa falha de golpe de Estado contra Gorbachev, a Ucrânia adotou a Declaração de Independência e realizou um referendo sobre a

independência que recebeu 92% de aprovação, incluindo maiorias na Crimeia e no Donbass (Kuzio, 2022).

Após a independência, a Ucrânia foi governada por Kravchuk (1991-1994) e Kuchma (1994-2004). Os governos foram apoiados por uma estrutura hierárquica de poder com contornos bem definidos que permitiu a formação de grupos econômicos privados com grande força econômica e influência em vários níveis de decisão política (Freire, 2006). Esse primeiro momento que vai até a Revolução Laranja (2004) foi marcado por um compromisso temporário da fração Dnipropetrovsk e a nascente fração Donetsk, pois estabeleceu seus mecanismos de acumulação: privatização dos ativos estatais e criação das ZEEs e das APDs (Yurchenko, 2012). A fração Dnipropetrovsk liderada pelos presidentes Kravchuk e Kuchma representou a cleptocracia neoliberal que dominou a política ucraniana (Ishchenko e Yurchenko, 2019). Vale ressaltar que boa parte da acumulação dessa fração se desenvolveu nos moldes neoliberais do FMI e seus empréstimos de ajuste estrutural, enriquecendo a burguesia e empobrecendo a população em geral.

No período de 1998-2006 houve um crescimento exponencial da fração Donetsk nas esferas políticas e econômicas, especialmente na administração estatal, com a nomeação do primeiro-ministro Yanukovych, em 2002-2004 e 2006-2007. A fração de Donetsk se organizou em partidos, como o Partido das Regiões, para garantir seus interesses diretamente no Legislativo, cujo resultado foi o enfraquecimento da fração Dnipropetrovsk, que perdeu espaço no Estado ucraniano (Ishchenko e Yurchenko, 2019).

A competição entre as frações burguesas ucranianas podem ser datadas desde 1995, quando Yulia Tymoshenko e Pavel Lazarenko (primeiro ministro à época) eram parceiros comerciais no mercado de energia na Ucrânia, controlando a *Yedyni Energetychni Systemy Ukrainy* (YeESU), entre outras importadoras de combustível, que monopolizava o mercado ucraniano. No entanto, a ascendente fração de Donetsk que controlava a indústria metalúrgica pesada, muito dependente de energia para suas operações, procurou a partir de 1996 garantir sua autonomia através da ISD (*Industrial Soyuz Donbass*) que competia diretamente com a YeESU. A ISD operava com empresas intermediárias de gás russo, como a Itera

(substituída em 2002 pela EuralTransGaz, e depois, pela *RosUkrEnergo* que era operada por Firtash, importante oligarca da fração Donetsk) ligada à *Gazprom*, empresa russa de gás (Yurchenko, 2012). E já em 1997, 80% do combustível utilizado nas indústrias de Donetsk eram fornecidas pela ISD.

A fração Donetsk e seu Partido das Regiões desenvolviam relações cada vez mais próximas com o governo Kuchma (Yurchenko, 2012). Nesse ínterim, a Revolução Laranja foi precedida por quatro anos de protestos – em que Yanukovych era primeiro-ministro pela primeira vez – após a descoberta de uma fita com ordens do presidente Kuchma para sequestrar o jornalista Georgiy Gongadze. Kuzio (2022) destaca três catalisadores importantes para essa revolução: a disseminação das Revoluções Coloridas¹⁰ na Sérvia (Revolução Bulldozer, em 2000) e na Geórgia (Revolução Rosa, em 2003); segundo, o surgimento de uma nova classe média na Ucrânia; e por fim, o aparecimento de uma geração pós-soviética com poucas lembranças da URSS. Enquanto a Revolução do Granito foi liderada por dissidentes da geração soviética, as revoluções Laranja e *Euromaidan* foram lideradas por jovens e membros da classe média. A Revolução Laranja tinha um significado de mudança e esperança, simbolizava a rejeição das políticas de Leonid Kuchma, do autoritarismo presidencial e do grande poder das frações burguesas (Freire, 2006).

No final de 2004, como resultado, houve uma mudança na Constituição que mudou o regime político ucraniano para o parlamentarismo, o que beneficiou o Partido das Regiões/fração Donetsk no legislativo. Contudo, foi Viktor Yushchenko representante dos valores europeus e ocidentais (Kuzio, 2005), que capitalizou a insatisfação popular e se elegeu presidente em 2005, mantendo a hegemonia da fração Dnipropetrovsk. Yushchenko teve apoio externo, com financiamento e treinamento de manifestantes em técnicas de protesto e ação direta. Os principais agentes destes movimentos foram ONGs, como *Freedom House*, *American Enterprise Institute*,

10 As chamadas Revoluções Coloridas referem-se a uma série de movimentos políticos e protestos populares ocorridos em países do espaço pós-soviético no início dos anos 2000, marcados pelo uso de cores como símbolos de mobilização. O governo russo interpretou tais movimentos como iniciativas planejadas e financiadas por potências ocidentais, em especial EUA e Europa Ocidental, com o objetivo de substituir governos pró-Rússia por regimes alinhados aos interesses do Ocidente.

National Democratic Institute, financiadas por agências norte-americanas e europeias. Além de grupos privados e estatais tais como a USAID (*United States Agency for International Development*), *National Endowment for Democracy* (NED) e a *Central Intelligence Agency* (CIA), no sentido de apoiar grupos políticos e movimentos populares que se posicionavam politicamente como pró-ocidentais e contrários à Rússia (Poty, 2019).

Freire (2006) observa que a política de Yushchenko não trouxe as mudanças estruturais prometidas na campanha, apenas pequenas modificações institucionais. Yushchenko também não conseguiu firmar um pacto político coeso e duradouro, escalando o conflito com o Partido das Regiões que dominavam o parlamento e os partidos de oposição. Exemplo disso foi a “caça às bruxas” proclamada pela primeira-ministra Tymoshenko, que mirava principalmente a fração Donetsk e os parceiros russos, com a qual ela disputava mercado no setor de gás (Yurchenko, 2012). Com isso, o presidente ucraniano falhou em balancear os conflitos entre as frações burguesas rivais, e foi incapaz de manter uma aliança com seus parceiros, levando à queda de Tymoshenko como primeira-ministra e à subsequente nomeação de Yanukovych para o mandato 2004-2006 (Ishchenko e Yurchenko, 2019). O governo não conseguiu alcançar o crescimento econômico esperado, além de fracassar na implantação das reformas de livre-comércio e no combate à corrupção, e promover poucas mudanças nas condições sociais da população em geral (Poty, 2019).

A crise econômica na Ucrânia como parte da crise mundial de 2008 e a postura pró-Occidente de Yushchenko, a qual impedia o estabelecimento de acordos com a Rússia para o abastecimento de gás, custou seu suporte popular. Foram fatores importantes para a vitória presidencial de Yanukovych em 2010 que, em consonância com uma maioria parlamentar no Partido das Regiões, representou a ascensão da fração Donetsk tanto no Executivo como no Legislativo (Ishchenko e Yurchenko, 2019).

A fração Donetsk hegemônica no Estado ucraniano e liderada por Yanukovych, adotou políticas de neoliberalização da economia que favoreceram demasiadamente seus pares no Donbass, como a criação de novas ZEEs, repetindo processos anteriores que centralizam e concentram as empresas privadas nas mãos de grupos financeiros controlados pelos

oligarcas dessa fração. Essas medidas, aliadas à dependência do gás russo, tensionam cada vez mais as relações com a cadeia imperialista, com a fração Dnipropetrovsk e com a própria sociedade (Yurchenko, 2012).

A Revolução *Euromaidan* é motivada, majoritariamente, pelas relações pró-Rússia do presidente Yanukovych em detrimento da integração europeia (Kuzio, 2022). A Ucrânia é duplamente dependente por conta dos empréstimos ocidentais e do gás russo. O acordo de livre comércio com a UE não foi assinado por Yanukovych por uma série de motivos, mas o principal foi a recusa do Ocidente em negociar um acordo tripartite que incluísse a Rússia, fruto da pressão dos EUA (Ishchenko e Yurchenko, 2019). O acordo oferecido pela Rússia era mais interessante para a fração Donetsk, entre outros motivos, porque garantia o acesso ao gás russo, empréstimos e, conseqüentemente, o aumento imediato dos lucros dessa fração. Como resultado, a classe média de Kiev e alguns estudantes conduzidos por uma ideologia europeia, um ‘sonho europeu’ e uma sociedade melhor iniciam um movimento que logo se radicaliza nos protestos em Maidan. Esses manifestantes tinham um forte caráter anti-russo e nacionalista (Ishchenko, 2024). Contavam com os partidos de direita dos oligarcas, ONGs neoliberais pró-ocidentais e a extrema-direita que desempenharam o papel de representação política e institucional do movimento, como o partido nacionalista radical *Svoboda* e *The Right Sector* (*Pravyi Sektor*). (Ishchenko e Yurchenko, 2019).

O *Euromaidan* durou mais tempo do que as outras e contou com uma repressão violenta, resultando na morte de cem manifestantes. Isso forçou o presidente Yanukovych a fugir para a Rússia, desintegrando o Partido das Regiões e esfacelando a força política pró-Rússia. Além disso, o banimento do Partido Comunista abriu um vácuo para a expansão das forças pró-ocidentais avançarem para o sudeste da Ucrânia (Kuzio, 2022). O desalojamento da fração Donetsk e do Partido das Regiões não apenas decapitou o poder estatal centralizado, mas efetivamente intensificou as rivalidades entre as frações de classe (Ishchenko e Yurchenko, 2019).

A fuga de Yanukovych e a ascensão de um governo pró-Occidental em Kiev motivaram a Rússia a rapidamente mobilizar suas tropas para defender seus interesses no porto de Sebastopol e de Novorossisk. O esface-

lamento da fração Donetsk que tinha conexões umbilicais com a Rússia representou a hegemonia da fração Dnipropetrovsk que entrava em disputa constante com as exportadoras de gás russo, sem contar as conexões próximas à UE e à OTAN (Yurchenko, 2012). Para a fração Dnipropetrovsk, o Ocidente era um aliado muito útil para eliminar a proeminência de Donetsk que contava com amplo apoio da Rússia. Esse novo cenário era completamente desfavorável para Putin: o novo governo ucraniano poderia revogar o decreto do ex-presidente que garantia a circulação da frota russa no porto de Sebastopol até 2042 (Pereira; Pinheiro; Luque, 2021). A Crimeia tem forte influência russa e a maioria da sua população é de origem russa e fala o idioma russo, fatores que facilitaram a anexação da península. Ademais, o território tem importância estratégica para a Rússia pois dá acesso às águas quentes do Mediterrâneo (Poty, 2019).

A intervenção militar do dia 01 de março de 2014 na Crimeia tomou bases ucranianas sem nenhuma resistência. Uma parcela grande do contingente militar da Ucrânia na península, por vezes, se juntou ao processo de adesão à soberania russa. Após uma semana do avanço militar, a Ucrânia já não tinha mais controle sobre as forças da península, o que permitiu aos russos se organizarem com o grupo pró-Rússia dentro do território. E por fim, o referendo de 16 de março sacramenta a anexação do território, com participação eleitoral de 83,1% da população, dos quais 93% votaram pela adesão à Rússia. Esse referendo não é reconhecido internacionalmente por ter infringido as normas jurídicas internacionais (Pereira; Pinheiro; Luque, 2021). O governo ucraniano pró-Ocidental não aceitou a anexação do território e contou com o apoio da UE e dos EUA que passaram a adotar sanções diplomáticas em relação à Rússia (Antunes e Lima, 2022).

A decisão de Moscou pela anexação da Crimeia catalisou as lutas de classes. As manifestações ‘anti-Maidan’ no leste – especialmente em Kharkiv, Donetsk, Lugansk e Dnipropetrovsk – já ocorriam desde 2013 e eram orquestradas por Yanukovych e o Partido das Regiões. Com a queda de Yanukovych, essas mobilizações se tornam mais intensas e ganham capilaridade, especialmente com a intervenção russa na Crimeia. As forças especiais e oficiais de inteligência russos transformam os protestos em Donetsk e Lugansk em uma insurgência violenta que levou os ucranianos a formar

batalhões voluntários para lutar no Donbass contra a Rússia e seus representantes (Kuzio, 2022). Muitos desses batalhões eram liderados por membros de grupos de extrema-direita com ideais neonazistas que participaram dos enfrentamentos violentos com a polícia durante as manifestações de Maidan como o batalhão de Azov e o batalhão Sich (Ishchenko, 2024).

Em 2014, o famoso bilionário Petro Poroshenko venceu as eleições. O novo presidente tinha uma postura ambígua, ora ‘pró-Occidente’, ora ‘pró-Rússia’. Mesmo sendo um dos fundadores do Partido das Regiões, apoiou a Revolução Laranja de 2004, participou na administração de Yanukovych em 2010, e esteve presente nas manifestações de 2014. Assim que assumiu a presidência, Poroshenko tentou retomar militarmente o Donbass, mas falhou por conta da intervenção disfarçada do exército russo, levando à assinatura dos acordos de Minsk. A assinatura dos acordos de Minsk com a Rússia não teve a efetividade esperada, não conseguindo garantir um cessar-fogo efetivo além de ser frequentemente violado por ambas as partes (Ishchenko, 2024).

Com a anexação da Crimeia e o conflito no Donbass, as relações entre a Ucrânia e a Rússia apenas foram se deteriorando. O governo da Ucrânia passou a intensificar suas posições em favor da integração com a Europa Ocidental e rompeu as ligações religiosas entre o Estado russo e as igrejas ortodoxas da Ucrânia. Além disso, os políticos ucranianos não nacionalistas foram pressionados pelo governo ucraniano – quando não reprimidos (D’Anieri, 2022).

Ademais, o governo de Poroshenko não realizou mudanças significativas no Estado ucraniano e manteve a política neoliberal, agora hegemonizada pela fração Dnipropetrovsk, enraizando mais ainda a cleptocracia neoliberal, o que radicalizou tendências nacionalistas, anticomunistas e antidemocráticas. Agora, a Ucrânia estava dependente tanto econômica quanto politicamente, dos Estados ocidentais e suas instituições, que continuaram promovendo reformas neoliberais. Ao mesmo tempo, a fração Dnipropetrovsk resistia às instituições anticorrupção promovidas pelo Ocidente (com interesse nas empresas ucranianas), entrando em contradição com os interesses do oligarcas de Dnipropetrovsk (Ishchenko e Yurchenko, 2019).

As contradições internas e externas do Estado ucraniano em suas relações com a Rússia e com o Ocidente são expressas na luta de classes das frações burguesas no seu interior. Os governos desde a independência até a guerra contra a Rússia (2022-atualmente) representam uma mudança na liderança das frações, ora mais próxima da Rússia, ora mais próxima da UE e dos EUA – evidentemente, relações sempre carregadas de contradições. As revoluções de Granito, Laranja e *Euromaidan* nasceram de demandas populares legítimas e de um descontentamento real com a realidade material das massas populares. No entanto, as “revoluções” nunca foram capazes de articular as diversas demandas e vozes ucranianas, sendo muitas vezes reprimidas pelas políticas antidemocráticas e anticomunistas do governo Poroshenko e, posteriormente, Zelensky (Ishchenko, 2024).

O ponto central é a ascensão da fração Donetsk, que por um período abalou a hegemonia da fração Dnipropetrovsk e conseguiu fazer seus interesses prevalecerem na Ucrânia. No entanto, a anexação da Crimeia e a guerra civil no Donbass destruíram praticamente todo o apoio pró-russo. A partir desse momento, a Ucrânia se alinha quase inteiramente ao Ocidente, mantendo a fração Dnipropetrovsk no poder, representada pelo atual governo Zelensky. A invasão em 2022, de fato, consolidou a divisão e fortaleceu o sentimento e posições contra a Rússia na Ucrânia.

A Política Externa Russa no Governo Putin.

Após a derrota e dissolução da União Soviética em 1991, que resultou na criação de 15 Estados independentes, Boris Yeltsin foi eleito o primeiro presidente da recém-formada Federação Russa, marcando o início de um novo período político para o país. Nesse cenário, a Rússia fragilizada pela transição do sistema socialista para uma economia de mercado neoliberal, direcionou sua política externa para uma linha pró-ocidental. Conforme destaca Silva (2022a), os anos de governo de Yeltsin foram marcados por um enfraquecimento geopolítico e militar russo, promovido pelos EUA, pela OTAN e pela UE.

Assim, durante seu governo, a Rússia perdeu sua influência sobre o espaço pós-soviético, tradicionalmente considerado sua esfera de domí-

nio. Nesse contexto, Moscou assistiu passivamente à expansão da OTAN rumo ao Leste Europeu e ao bombardeio da Sérvia, protagonizado pela OTAN, durante a Guerra da Bósnia. Nesse primeiro momento, o chamado exterior próximo russo (*near abroad*) não era uma prioridade da política externa, embora continuasse a representar um elemento importante nas ambições geopolíticas do país, que ainda almejava recuperar o *status* de grande potência internacional com uma zona de influência (Segrillo, 2014).

Além disso, a questão da diáspora russa começou a ganhar atenção. Em 1994, o governo de Yeltsin reconheceu a necessidade de formular uma política voltada aos russos no exterior, com a ideia de que a mãe Rússia deveria prestar auxílio a esses compatriotas (Silva, 2022a). Assim, mesmo que a diáspora não fosse uma prioridade absoluta do governo Yeltsin, sobretudo após seu primeiro mandato, foram criados documentos e leis voltados a esse público, como a Lei Federal sobre a *Política Estadual da Federação Russa sobre os compatriotas no exterior* de 1999.

Após a renúncia de Yeltsin à presidência da Rússia em 31 de dezembro de 1999, o então primeiro-ministro e ex-agente da KGB¹¹, Vladimir Putin, assumiu interinamente o cargo e foi oficialmente eleito em março de 2000. Desde então, exerceu dois mandatos consecutivos de 2000 a 2008, mantendo-se como figura central do Estado russo, inclusive durante o período em que ocupou o cargo de primeiro-ministro (2008-2012), retornando à presidência em 2012, posição que exerce até os dias atuais¹². Esse percurso marca o início do que muitos denominam de “Era Putin”, momento em que é possível caracterizar seu governo como bonapartista, como explicamos na primeira seção deste texto.

Enquanto isso, no sistema político-partidário, destaca-se a predominância do Rússia Unida, partido do presidente, que assegura a unidade do Estado, reforçando a centralização do poder, garantindo lealdade institucional e sustentando politicamente sua administração. Como contraponto

11 KGB sigla em russo para Комитет Государственной Безопасности ou Comitê de Segurança do Estado. Pela KGB, Putin trabalhou na Alemanha Oriental até a queda do muro de Berlim em 1989.

12 As reformas constitucionais aprovadas por referendo em 2020 redefiniram os limites de mandato presidencial, permitindo que Vladimir Putin concorra novamente e, potencialmente, permaneça no poder até 2036.

à democracia liberal ocidental, o governo de Putin adotou o conceito de “democracia soberana”, formulado em 2006 por Vladislav Surkov, então conselheiro de Putin. Essa concepção entende a democracia como um modelo que deve ser moldado de acordo com os interesses nacionais da Rússia e, como aponta Pacheco (2021), serve também para evitar ingerências estrangeiras, algo fortemente temido pelo governo russo. Contudo, segundo Pacheco (2021, p.35), para Putin não basta que a Rússia seja apenas um Estado centralizado; é essencial que ela se afirme como um Estado forte, capaz de restaurar o *status* de grande potência da era soviética.

Nesse sentido, conforme destaca Adam (2012), sob sua liderança, a Federação Russa passa por um processo de recuperação geopolítica e do restabelecimento de sua reputação no cenário internacional, revertendo, em grande parte, a perda de prestígio que marcou a década de 1990. Esse processo, em boa medida, foi viabilizado pelo desempenho econômico favorável nos primeiros anos de seu governo, impulsionado pelo aumento dos preços do petróleo e do gás natural. Além disso, o governo Putin intensificou a intervenção estatal na economia, favorecendo o fortalecimento de um modelo de “capitalismo de Estado”. Nessa conjuntura, seu governo promoveu a reestatização de empresas ligadas a setores estratégicos, como o energético, que passaram a operar sob controle estatal, parte de uma estratégia mais ampla de recuperação do *status* de potência global.

Conforme argumenta Adam (2012), a política do Kremlin sob Putin estaria pautada exclusivamente pelos interesses do Estado e da sociedade russa, o que permite a Moscou estabelecer relações com qualquer país do sistema internacional (SI), independentemente de sua forma de governo ou de seu histórico diplomático com o país. Dessa forma, a política externa durante a era Putin pode ser caracterizada como pragmática e assertiva, incorporando, a partir de 2014, uma dimensão militarizada. Além disso, um dos pilares orientadores da diplomacia russa é a defesa de um SI multipolar, que reflita a diversidade do mundo contemporâneo e seus múltiplos interesses, além de reforçar a importância da construção de uma nova ordem mundial. Como destaca Adam (2012), essa orientação encontrou respaldo principalmente entre as potências emergentes, sobretudo no BRICS, além de países que desafiam o *status quo*, como Venezuela e

Irã. Nesse contexto, o vetor asiático da política externa russa assume centralidade, impulsionado pela estreita cooperação com a China e a Índia.

Em contrapartida, a relação com o Ocidente¹³ durante a era Putin foi marcada por momentos de cooperação, especialmente em seu primeiro mandato, seguidos por crescentes distanciamentos, tendo a anexação da Crimeia em 2014 como ápice das tensões e a invasão à Ucrânia em 2022 como a ruptura total. Inicialmente, a cooperação entre a Rússia e os EUA esteve atrelada ao combate ao terrorismo internacional. Após os atentados do 11 de setembro de 2001, Putin demonstrou solidariedade aos norte-americanos e comprometeu-se a fornecer apoio político e logístico à campanha antiterrorista global. Como aponta Silva (2022a, p.15), essa aproximação com os EUA, por meio da agenda antiterrorista, tinha como objetivo enquadrar a guerra na Chechênia dentro da narrativa de luta contra o terrorismo.

Contudo, o início do descontentamento entre as partes ocorreu com a intervenção militar dos EUA no Iraque em 2003, ação que não contou com o apoio do governo russo. A partir daí, as relações com o Ocidente começaram a se distanciar progressivamente, devido ao aumento das ameaças concretas e diretas à segurança da Rússia. Essas ameaças tornaram-se evidentes com a expansão conjunta da OTAN e da UE em direção às fronteiras russas, os golpes coloridos da Geórgia (2003) e da Ucrânia (2004), além do projeto de instalação de escudo antimísseis na Polônia e na República Tcheca (2007).

Segundo Segrillo (2014, p.185), as revoluções coloridas representaram “(...) o ponto mais nevrálgico a levar o presidente russo a ter um ‘pé atrás’ com os governos ocidentais, em especial os EUA”, aprofundando a desconfiança de Moscou em relação às intenções estratégicas de Washington no espaço pós-soviético. Além disso, quando a OTAN anunciou na Cúpula de Bucareste em 2008 sua intenção de integrar futuramente a Ucrânia e a Geórgia, Putin interpretou a iniciativa como uma violação de sua “linha vermelha”, estabelecendo de forma categórica que a expansão da aliança não deveria, sob nenhuma hipótese, incluir esses dois países.

13 Para os fins deste trabalho, o termo “Ocidente” refere-se aos Estados Unidos e aos países da Europa Ocidental.

Diante disso, o governo de Putin adotou uma nova retórica em relação aos seus países vizinhos e passou a agir de forma mais assertiva para assegurar seus interesses, e preservar sua zona de influência na região (Segrillo, 2014). Essa postura se materializou de forma evidente na intervenção militar na Geórgia em 2008 e, posteriormente, na Ucrânia em 2014 e 2022, demonstrando a determinação russa em resguardar sua segurança e reafirmar seu domínio estratégico em seu entorno geopolítico.

Portanto, como destaca Amal (2016), com base nas ideias de Segrillo (2010), as ações defensivas da Rússia frente as investidas dos EUA e da Europa Ocidental sobre sua esfera de influência, nos últimos anos, foram motivadas por razões pragmáticas de relações internacionais e geopolítica — e não por um antiocidentalismo russo a priori. Desse modo:

(...) os diversos episódios de atrito entre a Rússia e o Ocidente durante a era Putin não devem ser compreendidos enquanto manifestações do antiocidentalismo do presidente, mas enquanto respostas às ações norte-americanas e dos países da Europa Ocidental contrários aos interesses nacionais russos, como o avanço da OTAN, o escudo antimíssil balístico na Polônia e República Checa, as revoluções coloridas na esfera de influência russa, entre outros (Amal, 2016, p.19-20).

Para o governo Putin, o *status* de grande potência da Federação Russa está diretamente ligado à sua posição de liderança no espaço pós-soviético, o que torna essa região um eixo central da política externa do país. Assim, o exterior próximo passou a ser descrito pelo Kremlin como uma zona de influência natural e fundamental para o seu projeto de afirmação internacional (Segrillo, 2014). Com isso, visando uma maior integração entre os países que compunham a antiga URSS, sua consolidação como uma potência regional e afim de contrabalançar a presença ocidental na região, a administração de Putin fortaleceu a cooperação por meio de organizações como a Comunidade dos Estados Independentes (CEI)¹⁴,

14 Após a saída da Geórgia em 2008 e da saída da Ucrânia, membro fundador da organização, em 2018, sem falar da saída do Turcomenistão como membro-efetivo, em 2005, a CEI atualmente é composta pela Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão.

a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC)¹⁵ e a União Econômica Eurasiática (UEE)¹⁶.

Para mais, os discursos e documentos oficiais do governo Putin passaram a destacar, cada vez mais, a importância da diáspora russa presente nos territórios da ex-repúblicas soviéticas (Grigas, 2016). Em 2005, Putin declarou que o colapso da URSS representou o maior desastre geopolítico do século XX, pois resultou na situação de cerca de 25 milhões de russos que passaram a viver fora das fronteiras da nova Federação Russa (Putin, 2005). Nesse contexto, a formação de 15 novos Estados independentes contribuiu para o surgimento de uma vasta diáspora russa no espaço pós-soviético, onde esses indivíduos passaram a constituir minorias étnicas e linguísticas nos países sucessores da União Soviética. Para o governo Putin, essa diáspora — que anteriormente atuava de maneira mais autônoma — passou a ser mobilizada como uma ferramenta estratégica para o fortalecimento do Estado russo, alinhando-se de forma mais direta aos interesses de Moscou no espaço pós-soviético.

Além disso, outro conceito retomado pela administração de Putin foi o de Mundo Russo (*Russkiy Mir*)¹⁷, que passou a ser apropriado pelo Estado e ressignificado como um instrumento estratégico de política externa, especialmente voltado para os interesses da Rússia no espaço pós-soviético. A força simbólica desse conceito se apoia em um imaginário nacional compartilhado por russos, ucranianos e bielorrussos, que remonta às origens históricas do *Rus de Kiev* (882-1240), uma antiga confederação de cidades-Estados formada no século IX. Esse principado é considerado o berço comum dos povos eslavos orientais, tendo abrangido o território que atualmente compreende a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia.

Nesse sentido, como observa Silva (2022b), para Putin, o Mundo Russo é compreendido como uma herança deixada pelos ancestrais eslavos orientais, sendo justamente essa herança que asseguraria a coesão futura desses países, independentemente das fronteiras políticas que hoje os separam.

15 A OTSC é formada pela Rússia, Bielorrússia, Armênia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão.

16 A UEE é formada pela Rússia, Cazaquistão, Bielorrússia, Armênia e Quirguistão.

17 Originalmente, o termo “Mundo Russo” (*Russkiy Mir*) surgiu durante a Baixa Idade Média para designar o antigo Rus de Kiev (882-1240). (Silva, 2022b).

Com base nessa lógica, essas nações deveriam permanecer unidas e formar, segundo a visão da elite política russa, uma nação pan-russa. Assim, os ucranianos (associados à Pequena Rússia), os russos (Grande Rússia) e os bielorrussos (Rússia Branca) seriam partes inseparáveis de um mesmo povo histórico e espiritual, que estiveram unidos no *Rus de Kiev*. Em suma, a questão da diáspora e do Mundo russo são uma operação ideológica promovida pelo Estado e pelo governo bonapartista sobre a Grande Rússia, que na prática significa o desenvolvimento autônomo e nacional do capitalismo russo e uma política externa assertiva no seu entorno geográfico.

Assim, segundo o governo Putin (2021), os ucranianos estariam sob uma intensa propaganda ocidental e antirussa, alimentada por frações burguesas ucranianas em aliança com forças externas ocidentais — sobretudo após o colapso da URSS e da chamada Revolução *Euromaidan*.

Esse processo de transformação política e simbólica, voltada à ruptura com Moscou e à construção da Ucrânia como uma nação “anti-Rússia”, inclui a exclusão da língua russa das escolas e da administração pública a partir de 2014, da reinterpretação do passado soviético como ocupação estrangeira e a cisão da Igreja Ortodoxa Ucraniana em relação ao Patriarcado de Moscou. Nesse contexto, o presidente russo argumenta que a Ucrânia não apenas se distanciou da Rússia, mas foi deliberadamente moldada como um instrumento contra ela, em um projeto ocidental voltado a dividir o povo russo e minar sua coesão a partir de dentro (Putin, 2021).

Logo, ao perceber uma ameaça direta à sobrevivência do Estado russo, Putin deixou claro que, para a Rússia, a questão ucraniana representa um caso de vida ou morte, trata-se do futuro enquanto nação. Em 21 de fevereiro de 2022, três dias antes do lançamento da chamada “operação militar especial” contra a Ucrânia, o presidente russo reforçou, em seu discurso oficial, os laços históricos entre russos e ucranianos:

Eu gostaria de enfatizar novamente que a Ucrânia não é apenas um país vizinho para nós. É uma parte inalienável de nossa própria história, cultura e espaço espiritual. Estes são nossos camaradas, os mais queridos para nós — não apenas colegas, amigos

e pessoas que uma vez serviram juntos, mas também parentes, pessoas ligadas por sangue, por laços familiares (Putin, 2022, s/p).

Como destaca Sénica (2022), Putin justificou a ofensiva não apenas como necessária para libertar a população russófona do Donbass, promover a desnazificação e a desmilitarização da Ucrânia, mas também para conter o avanço da UE e da OTAN sobre as fronteiras russas. Para o presidente russo:

Também conhecemos o principal adversário dos Estados Unidos e da OTAN. É a Rússia. Documentos da OTAN declaram oficialmente que nosso país é a principal ameaça à segurança euro-atlântica. A Ucrânia servirá como uma ponte avançada para tal ataque. Se nossos ancestrais soubessem disso, provavelmente simplesmente não acreditariam. Também não queremos acreditar nisso hoje, mas é o que é (Putin, 2022, s/p).

Dessa forma, pode-se afirmar que, além da defesa do espaço pós-soviético enquanto zona de influência russa, a guerra na Ucrânia representa também uma resposta à ameaça do outro — simbolizada pela UE e pela OTAN — e uma tentativa de proteger o chamado Mundo Russo. No plano interno, a ação foi legitimada por meio da atuação coordenada do Conselho de Segurança Nacional e da Câmara Baixa do Parlamento russo (Duma), o que teve impacto direto sobre a opinião pública do país, majoritariamente favorável à incursão militar (Sénica, 2022). Por fim, pode-se dizer, ainda, que a guerra na Ucrânia também representa um confronto direto entre a Rússia e o Ocidente.

Para Bugiato (2023), a política externa russa não apresenta ambições imperialistas clássicas, mas possui um caráter contra-imperialista. Segundo o autor, “(...) a política externa russa atualmente não é imperialista, a despeito de sua altivez. Mas também não é uma política externa subordinada (...)” (Bugiato, 2023, p.272). Nesse sentido, diante da ameaça representada pela OTAN, as ações estratégicas da Rússia no espaço pós-soviético não devem ser entendidas como expressão de um projeto imperialista, mas sim como o retorno de uma política externa assertiva em seu entorno regional.

Assim, a assertividade russa pode ser interpretada como uma reação defensiva frente à expansão da principal ameaça à sua segurança e autonomia: a cadeia imperialista, cuja dimensão militar se expressa na OTAN. Nessa lógica, Bugiato (2023) argumenta que a guerra na Ucrânia deve ser caracterizada como contra-imperialista (e não anti-imperialista)¹⁸, uma vez que se trata de uma resposta de caráter estatal e burguês à expansão da cadeia imperialista/OTAN. Desse modo, o conflito mobiliza o Estado russo e as frações de sua burguesia em defesa de um projeto autônomo de capitalismo.

Para compreender o papel das frações burguesas na política russa contemporânea, a análise desenvolvida por Bugiato (2023), fundamentada na teoria do Estado de Poulantzas, oferece um marco explicativo robusto. Sob a perspectiva marxista, a burguesia russa não constitui um bloco homogêneo, mas se divide em diversas frações cujos interesses, embora por vezes conflitantes, convergem no que Poulantzas denominou de “bloco no poder”. No caso russo, o Estado, sob a liderança de Putin, desempenha um papel mediador crucial na articulação desses interesses conflitantes, atuando no que Poulantzas (1977, apud Bugiato, 2023) classifica como fator de unidade política desse bloco.

Bugiato (2023) caracteriza o governo de Putin como bonapartista¹⁹, em termos *lato sensu*, no que se refere à autonomia relativa do Estado capitalista, que lhe permite operar acima dos interesses particulares de cada fração econômica, impondo uma coesão estratégica em favor do projeto geral do capitalismo russo. Essa autonomia manifesta-se na capacidade estatal de implementar um “projeto de desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional e inserção internacional autônoma do Estado”

18 O autor utiliza o termo “contra-imperialista” em vez de “anti-imperialista” para marcar uma distinção entre caráter e classe. Enquanto o “anti-imperialista” denotaria um caráter proletário e popular, de luta contra as potências imperialistas e suas classes dominantes aliadas na periferia, com uma tendência à transição socialista, o “contra-imperialismo” russo é uma mobilização estatal e burguesa. Isso acontece porque seu objetivo não é superar o sistema capitalista, mas defender um projeto autônomo de capitalismo nacional frente à ameaça representada pela cadeia imperialista liderada pelos EUA (Bugiato, 2023, p.272-273).

19 Bonapartismo: termo cunhado por Karl Marx em *O 18 de Brumário*, a partir da análise do golpe de Estado de Luís Bonaparte na França. Refere-se a uma forma de política do Estado capitalista caracterizada por maior autonomia da burocracia estatal, relativamente às pressões diretas das classes dominantes. No Brasil, um exemplo foi o governo Vargas, em que a burocracia civil obteve espaço para implementar medidas sem necessariamente atender aos interesses imediatos da classe agroexportadora.

(Bugiato, 2023, p.272), contrapondo-se à expansão da cadeia imperialista liderada pelos EUA e pela OTAN. Segundo as hipóteses de Bugiato (2023), o governo de Putin mantém, ainda, uma relação bonapartista *stricto sensu*²⁰ com sua base social.

Isso significa que, para além da mediação entre as frações econômicas, Putin constrói sua legitimidade diretamente junto às massas, posicionando-se como árbitro necessário e protetor da nação contra ameaças externas — concretamente, a expansão da OTAN — e internas. Bugiato recorre a Boito Jr. (2020) para definir esse vínculo como o “fetiche do Estado, concebido como promotor da ordem” (apud Bugiato, 2023, p.270), no qual a base social deposita suas expectativas de proteção e estabilidade. No entanto, mesmo havendo uma relação bonapartista *stricto sensu* com a base social, isso não implica que a Rússia seja uma ditadura bonapartista formal. Bugiato (2023, p. 270) é explícito ao afirmar que “não está instaurada na Rússia atualmente uma ditadura bonapartista, apesar de existir uma tendência do fenômeno do bonapartismo para tal” e classifica o regime como uma “democracia burguesa (talvez deteriorada)”.

Considerações Finais

O artigo se propôs a analisar a guerra na Ucrânia a partir de uma lente teórica marxista das classes sociais, do Estado e do imperialismo, argumentando que o principal motivo da guerra foi, de fato, a expansão da OTAN em direção às fronteiras russas e a sua política de intolerância a projetos de Estados e governos não alinhados ao Ocidente. Como explicitado na primeira seção, argumentamos que a OTAN é a faceta militar da cadeia imperialista composta pela Europa Ocidental e pelos EUA, sendo liderada por este último. Com o fim da URSS, a OTAN adotou uma política de atenção a Estados que se opusessem à hegemonia dos EUA, ou seja, governos

20 O bonapartismo *stricto sensu* designa um tipo específico de regime político ou uma forma particular de relação política. Na teoria de Poulantzas, refere-se a uma variante da forma ditatorial ou de exceção do Estado capitalista, em que a burocracia centraliza o poder, mobiliza mecanismos plebiscitários e populistas e estabelece um vínculo direto entre líder e população.

com caráter anticapitalista, antineoliberal, nacionalista ou autônomo. Ou seja, a OTAN tem caráter expansionista e não tolera não alinhamentos.

Nesse sentido, a política ucraniana que se desenrola desde o fim da URSS até os dias atuais foi carregada de contradições no seu processo de neoliberalização e integração na economia global. Essas contradições são fruto da luta de classes entre as frações burguesas, a classe média ocidentalizada e as massas populares, no plano interno, e das relações desenvolvidas tanto com o Ocidente como com a Federação Russa, no plano externo. As articulações entre as frações burguesas ucranianas com esses polos resultaram em três momentos de inflexão. Em cada um deles, o Estado ucraniano gradativamente se afastou do Estado russo e da sua influência, se direcionando para a órbita de poder da UE e dos EUA. Um dos pontos de viragem principais foram os protestos na Ucrânia em 2014 que derrubaram o presidente eleito e levaram a fração pró-Occidental ao poder, com Poroshenko e Volodymyr Zelensky. Essas manifestações contaram com apoio direto e indireto da OTAN e dos EUA, com objetivo de fortalecer posições pró-Occidente e anti-Rússia na Ucrânia. A guerra na Ucrânia em 2022 representou um rompimento quase que total do Estado ucraniano com a Federação Russa.

Inicialmente, a Rússia planejava desenvolver relações amistosas com o Ocidente e chegaram a cooperar para o combate ao terrorismo. No entanto, o fomento de revoluções coloridas e a expansão da OTAN para o espaço pós-soviético afastaram a Federação Russa do Ocidente, especialmente durante a Cúpula de Bucareste, em 2008, na qual a OTAN declarou sua intenção de integrar futuramente a Ucrânia e a Geórgia. Isso foi interpretado pelo governo Putin como uma violação da “linha vermelha” estabelecida pelo Kremlin. O governo Putin, com sua política externa ativa e assertiva, respondeu esse avanço do Ocidente com a intervenção militar na Geórgia, em 2008 e, posteriormente, na Ucrânia, em 2014 e 2022, a fim de garantir seus interesses no seu entorno geográfico.

Referências bibliográficas

- Adam, G. (2012). A Rússia como grande Potência e a Parceria Estratégica com a China. In A. Alves (Ed.), *O Renascimento de uma Potência? a Rússia no século XXI*. (pp. 51-96). IPEA.
- Amal, V. (2016). *Nova Guerra Fria? A Percepção da Rússia sobre o Ocidente na era Putin*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Antunes, T.; Lima, E. (2022). O modelo de Guerra de 4ª Geração e Guerra Híbrida na Ucrânia do começo do século XXI. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, SP, v. 11, n. 3, 451–467. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12573>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- Boito Jr, A. (2020). Lulism, Populism, and Bonapartism. *Latin American Perspectives*, issue 230, vol. 47, no. 1.
- Boito Jr., A. (2022). Apresentação e discussão do conceito poulantziano de fascismo. In T. Berringer; A. Lazagna (Ed.), *A atualidade de teoria política de Nicos Poulantzas*, (pp. 93-109). UFABC.
- Bugiato, Caio. (2023). A Guerra na Ucrânia sob a ótica das teorias de Relações Internacionais: discussão sobre causas e caráter da guerra. *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 11, n. 22, 253-257. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/458>. Acesso em: 19 de set. de 2025.
- Bugiato, C.; Almeida, J. (2024). Organização do Tratado do Atlântico Norte e a expansão do capitalismo ocidental. *Revista Fim do Mundo*, Marília, SP, v. 5, n. 11, 94–119.
- D'anieri, P. (2022). Ucrânia e Rússia: dos acordos de Minsk à invasão de 2022. In Loureiro, F. (Ed.), *Linha vermelha: a guerra da Ucrânia e as relações internacionais no século XXI*. (pp. 69-85). Editora da Unicamp.
- Freire, M. (2006) A Revolução Laranja na Ucrânia: uma democracia a consolidar. *Relações Internacionais*, n. 12, 49–64. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/101706>

- Grigas, A. (2016). *Beyond Crimea: the new Russian empire*. Yale University Press.
- Harvey, D. (2022). Remarks on Recent Events in Ukraine: A Provisional Statement. *Verso blog*, 28 February 2022. Disponível em: https://www.versobooks.com/en-gb/blogs/news/5282-remarks-on-recent-events-in-ukraine-a-provisional-statement?utm_campaign=verso_blog&utm_content=story&utm_medium=social&utm_source=instagram. Acesso em: setembro de 2025.
- Hemerly, G.; Zanolenssi, G. (2024). Suécia entra na Otan. Veja o tamanho do bloco na Europa. *Nexo Jornal*. 26 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/02/26/otan-paises-membros-suecia>. Acesso em: junho de 2024.
- Ishchenlo, V. (2024). *Towards the Abyss: Ukraine from Maidan to War*. Verso.
- Ishchenlo, V.; Yurchenko, Y. (2019). Ukrainian Capitalism and Inter-Imperialist Rivalry. In I. Ness; Z. Cope (Ed.), *The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism*. 2nd Edition. (pp. 1-19). Palgrave Macmillan.
- Kuzio, T. (2005). From Kuchma to Yushchenko: Ukraine's 2004 Presidential Elections and the Orange Revolution. *Problems of Post-Communism*, v. 52, 29-44.
- Kuzio, T. (2022). Três revoluções e duas invasões: como a Ucrânia se tornou uma nação. In Loureiro, F. (Ed.), *Linha vermelha: a guerra da Ucrânia e as relações internacionais no século XXI*. (pp. 87-98). Editora da Unicamp.
- Pacheco, C. (2021). *Putinismo rima com populismo? Uma análise do governo de Vladimir Putin a partir das contribuições de Ernesto Laclau*. (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal de Uberlândia.
- Pereira, B.; Pinheiro, T.; Luque, A. (2021). Anexação da Crimeia: motivações e a operacionalização da crise de 2014. *Repositório Universitário da Ânima (RUNA)*, São Judas Tadeu – SP, 1-23. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/5ce13e58-a951-4093-a8c6-1a831fd8ae4b/ful>. Acesso em: 30 abr. 2025.

- Poty, I. (2019). A Ucrânia independente após o fim da Guerra Fria: uma análise geopolítica (1991-2010). *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 10, n. 52, 17-37. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.92323>.
- Poulantzas, N. (1978). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Zahar.
- Poulantzas, N. (1970). *Fascisme e dictature*. François Maspero.
- Poulantzas, N. (1977). *Poder político e classes sociais*. Martins Fontes.
- Putin, V. (2005). Vladimir. *Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation, 2005* Kremlin, Moscou, 25 de abril de 2005. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>. Acesso em: 8 de abr. de 2025.
- Putin, V. (2021). *Article by Vladimir Putin "On the Historical Unity of Russians and Ukrainians"*. Kremlin, Moscou, 12 de julho de 2021. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>. Acesso em: 23 de abr. de 2025.
- Putin, V. (2022). *Address by the President of the Russian Federation*. Kremlin, Moscou, 21 de fevereiro de 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67828>. Acesso em: 24 de abr. de 2025.
- Roseira, M. (2023). O mundo tripolar: geopolítica russa no século XXI e a nova ordem internacional. *GEOgraphia*, vol. 25, n. 54.
- Saes, D. (1998). A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. In: *Crítica Marxista*, n. 7, 46-66. Xamã.
- Segrillo, A. (2010). A política externa russa pós-Guerra Fria em relação ao Ocidente: uma leitura histórica. In L. Okunema et. al. (Ed.), *A Rússia: Desafios presentes e futuros*, (pp. 57-72). Juruá Editora.
- Segrillo, A. (2014). *De Gorbachev a Putin: a saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo*. Prismas.
- Sénica, S. (2022). A guerra russa na Ucrânia e a confrontação estratégica com o Ocidente. In F. Loureiro (Ed.), *Linha vermelha: a guerra da Ucrânia e as relações internacionais no século XXI*. (pp. 243-258). Editora da Unicamp.
- Silva, L. (2022a). *A securitização da anexação da Crimeia e os interesses da Federação Russa no espaço pós-soviético*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- Silva, M. (2022b). *Rússia uma nação dividida? A Política Externa sob a ótica do “Mundo Russo” (2000-2015)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense.
- Yurchenko, Y. (2012). “Black Holes” in the Political Economy of Ukraine: The Neoliberalization of Europe’s “Wild East”. *Debate: Journal of Contemporary Central and Eastern Europe*, v. 20 (2-3), 125-149. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/0965156X.2013.777516>.

